



Interpelação oral

O Governo da RAEM tem a responsabilidade de assegurar que a população viva feliz e trabalhe com alegria. Durante o mandato do ex-Chefe do Executivo, foi prometida a construção de 28 mil habitações públicas na zona A dos novos aterros, porém, quando Chui Sai On deixou o cargo, nenhuma fracção tinha sido construída. Ademais, as 4000 fracções económicas prometidas durante o seu mandato foram reduzidas para 3011, ou seja, reduziram quase um quarto. Apresentar menos mil fracções num modelo de candidatura à habitação económica em que a lista de espera acaba quando o concurso termina, significa que vai haver mil famílias desiludidas.

Felizmente, a mudança de Chefe do Executivo não é uma mudança de dinastia, e seja quem for o Chefe do Executivo, só há um Governo na RAEM. Por isso, o actual Governo tem a obrigação de assumir os compromissos que não foram concretizados pelo anterior Governo, por forma a não afectar o prestígio da sua governação e a fama do princípio “Um país, dois sistemas”. Os cidadãos estão a ver se as promessas vão ser cumpridas. Na qualidade de Deputado, acho que o Governo deve esclarecer as razões que originaram algumas questões e as respectivas responsabilidades. Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Em 2014, o ex-Chefe do Executivo prometeu a construção de 28 mil habitações públicas na zona A dos novos aterros, mas não as classificou, referiu apenas habitação pública. A procura de habitações económicas é grande e há já três estaleiros com obras de habitações sociais em curso,



portanto, a oferta de habitações sociais deve ser suficiente nos próximos cinco anos. Assim, se dessas 28 mil habitações 8000 forem sociais, já é muito. Então, no mínimo, 20 mil dessas 28 mil deveriam ser habitações económicas, e se somarmos mais as 6500 da Avenida Wai Long, teremos 26 mil habitações económicas garantidas. Mas, das 4000 habitações económicas inicialmente prometidas, o Governo reduziu 1/4. Com esta forma de construir habitação económica a "conta-gotas", que efeitos pretendem as autoridades atingir?

2. Em meados de 2018, o então Governo afirmou que, no concurso para a habitação económica de 2019, iam ser lançadas 4000 fracções, mas, até Novembro de 2019, altura em que foi aberto o concurso, existiam apenas 3011 fracções, portanto, 1/4 delas desapareceu. Com o modelo de candidatura em que a lista de espera acaba quando o concurso termina, não há dúvida que vai ser cada vez menor o número de fracções a concurso. Os Governantes só se limitaram a dizer que alguns trabalhos não tinham sido concluídos atempadamente, e que, por isso, só tinham colocado a concurso 3011 fracções, e não explicaram porque é que não conseguiram acabar os trabalhos no prazo previsto. É de recordar que o terreno em causa provém de aterros, portanto, não se coloca qualquer situação imprevisível decorrente da geologia, da topografia ou do subsolo. É como planejar num papel em branco, portanto, é quase impossível enfrentar variações. Entre 2018, momento em que se anunciou a construção de 4000 fracções, e Novembro de 2019, quando começaram as candidaturas, decorreu cerca de ano e meio, então, como é que é possível, com esse tempo todo, não se ter conseguido determinar a localização, a quantidade e a tipologia das 4000 fracções, a fim de satisfazer as condições para a abertura do concurso à habitação económica? Afinal,



quais foram as razões que levaram à oferta de apenas 3011 fracções? Alguém vai assumir a responsabilidade desta “redução” do número de fracções?

3. A alínea 4) do n.º 1 do artigo 20.º da Lei da habitação económica vigente define que o concurso é aberto com a publicação de um anúncio, do qual deve constar a localização, quantidade e tipologia das fracções postas a concurso. Porém, não diz que não se pode “acrescentar algo” a meio do caminho. Ao apresentar 3011 fracções, o anterior Governo não cumpriu com o número de fracções, portanto, o actual Governo deve aumentar as fracções, por exemplo, para 4000, ou até incluir as 6500 da Avenida Wai Long no presente concurso de habitação económica. Se assim for, pode, por um lado, compensar-se a falta de confiança da população no Governo e, por outro, dar uma resposta positiva à urgente procura de habitação económica. O Governo deve optar por estas soluções, para eliminar a desconfiança da população no Governo. Vai fazê-lo?

16 de Abril de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**